

A emergência de um ponto de vista cosmopolita: a experiência da História de Portugal na *Universal History*

DOI

<http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320151014>

André Ramos¹

Universidade Federal de Ouro Preto,
Ouro Preto - MG, Brasil
email: andramos7@gmail.com

Valdei Lopes de Araujo²

Universidade Federal de Ouro Preto,
Ouro Preto - MG, Brasil
email: valdeiaraujo@ichs.ufop.br

Resumo

Este artigo, analisa as transformações na experiência da história a partir do projeto editorial britânico da *Universal History* e da sua recepção no mundo lusófono no final do século XVIII. Investiga-se como este projeto foi empreendido visando atender aos anseios de um público leitor em expansão e como esse fenômeno afetou os modos de representar e experimentar a história. Uma nova visão cosmopolita do processo histórico precisou distender os limites tradicionais do decoro narrativo e das demandas por erudição vigentes nas academias ilustradas, emergindo paralelamente outras variedades de produção historiográfica. Na dimensão lusa, investiga-se como Antônio de Moraes Silva traduziu e compilou a *História de Portugal* a partir de uma edição francesa ampliada da *Universal History*. Procuramos demonstrar como as transformações dessa narrativa através das diversas edições sinalizam a crescente dificuldade de se estabelecer uma representação unívoca e harmônica dos eventos e processos históricos.

Palavras-chave

Modernidade, Historiografia, História das Ideias, Europa, Portugal

1

Doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: andramos7@gmail.com.

2

Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Pesquisador do CNPq, bolsista do Programa Pesquisador Mineiro da Fapemig. Este texto foi desenvolvido no âmbito do projeto de investigação coletiva "Variedades do Discurso Histórico", financiado pelo programa de apoio a grupos emergentes da Fapemig, Pronem, coordenado pelo Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade - NEHM. Agradecemos aos demais membros a oportunidade do debate e as contribuições, especialmente a Thamara de Oliveira Rodrigues pela leitura do texto. E-mail: valdeiaraujo@ichs.ufop.br.

Introdução

Embora tenhamos hoje um relativo consenso acerca da modernização conceitual produzida entre os séculos XVIII e XIX, em especial daquela que serviu de base para a emergência de uma cultura ocidental sustentada por uma compreensão historicista da realidade, muito ainda nos falta saber sobre o modo pelo qual essa nova experiência da história foi produzida desde formas muito variadas de significar o acontecer. O objetivo deste artigo é contribuir para este entendimento através do estudo de um caso que nos parece bastante ilustrativo das transformações nas expectativas do público europeu com relação à experiência da história. Pretendemos analisar um dos mais relevantes experimentos historiográficos do século XVIII, em especial em suas conexões com a modernização da escrita da história no mundo lusófono. Trata-se da publicação de uma grande história universal, em duas partes – história antiga e moderna – empreendida no mundo britânico entre 1736 e 1768 e com amplas repercussões no cenário ocidental da época. Na parte moderna deste empreendimento, nos deteremos na seção dedicada à história de Portugal.

Os desdobramentos desta iniciativa para o mundo luso-brasileiro se estenderão, pelo menos, até as primeiras décadas do século XIX, uma vez que diversos projetos editoriais traduziram, atualizaram e transformaram essa primeira versão de uma história cosmopolita de Portugal, de modo a interpretar um tempo presente repleto de desafios e incertezas. Neste artigo, daremos especial atenção à história da tradução da parte portuguesa por Antônio de Moraes Silva (1757-1824), destacando o trabalho de apropriação e transformação dos sentidos originais do projeto nos diferentes momentos de sua história. Para isso, dividimos o artigo em três partes. Na primeira, em confronto com a literatura especializada, recuperamos a história editorial complexa da *Universal History* e seus significados para uma história da modernização da experiência.³ Na segunda parte, analisamos as linhas gerais da História de Portugal presente na *Universal History* e sua transformação e ampliação na edição francesa, base para a primeira tradução portuguesa. Por fim, nos deteremos na recepção dessa “história de Portugal” no mundo luso-brasileiro, com destaque para sua tradução e ampliação por Antônio de Moraes Silva.

I. Uma História Universal em escala inédita

Graças ao trabalho pioneiro do historiador italiano Guido Abbatisa podemos hoje vislumbrar a importância da *Universal History* para a história intelectual do século XVIII.⁴ Ofuscada por projetos de fortuna crítica mais rica como a *Encyclopédie*, a iniciativa britânica de uma grande história universal, apesar de ter sido muito influente e traduzida para diversas línguas entre os séculos XVIII e XIX, acabou por afundar em relativo esquecimento.⁵

Antes de tudo um projeto comercial voltado para o florescente mercado do livro, as partes antiga e moderna da *Universal History* estão separadas pelas grandes transformações do século XVIII, já que a obra, anunciada em 1729, teve a primeira parte (História Antiga) publicada entre 1736 e 1744 e a segunda (História Moderna) entre 1759 e 1765. Como destaca Abbatisa, os letrados reunidos pelos editores britânicos longe estavam de representar a nata da intelectualidade da época, pois ilustravam um novo tipo de profissional da erudição disposto a atender as demandas de um empreendimento que pressupunha certo gosto pelo risco:

3

Embora o foco de nossa análise seja a modernização da experiência da história em diálogo com pesquisas no campo da História da Historiografia, a natureza das fontes e dos problemas torna inevitável a incursão em aspectos da história do livro, do impresso e da leitura, por isso, nos beneficiamos de alguns textos fundamentais sem a pretensão de esgotar a rica literatura acadêmica nesse setor de investigação. Para o aprofundamento neste campo de estudos no Brasil e suas interfaces internacionais Cf. DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. *Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006. Cf. ABREU, Marcia ; DEAECTO, Marisa Midori. La circulación transatlántica des imprimés [resource électronique]: connexions. Campinas: UNICAMP/ IEL/Secteur des Publications, 2014.

4

ABBATISTA, Guido. The Business of Paternoster Row: towards a Publishing History of the “Universal History” (1736-65). *Publishing History*, London, n.17, p.5-50, 1985.

5

Atualmente, alguns pesquisadores têm abordado a questão: Cf. ZANDE, Johan Van der. August Ludwig Schlöser and the English Universal History. In: BERGER, Stefan; LAMBERT, Peter; SCHUMANN, Peter. *Historikerdialoge: Geschichte, Mythos und Gedächtnis Im Deutsch-britischen Kulturellen Austausch 1750-2000*. Göttingen: Vandenhoech Ruprecht, 2003. p.135- 156; LINK, Anne-Marie. Engraved Images, the Visualization of the Past, and Eighteenth-Century Universal History. Selected Proceedings from the Canadian Society for Eighteenth-Century Studies /Lumen : travaux choisis de la Société canadienne d'étude du dix-huitième siècle. Montreal, vol. 25, 2006, p.175-195; BAÁR, Monica. From general history to national history: the transformations of William Guthrie's and John Gray's: A general History of the World (1736-1765) in continental Europe. In: STOCKHORST, Stefanie (org.). *Cultural Transfer through Translation*. Amsterdam-New York: Rodopi, 2010, p.63-82.

Os autores que cooperaram em momentos sucessivos – George Sale, John Swinton, George Shelvocke, George Psalmanazar, John Campbell, Tobias Smollett – simples mercenários-escritores, raramente citados nos anos que viram nascer a obra, com a exceção parcial do valoroso arabista George Sale e, obviamente, depois, de Tobias Smollett. Nenhum deles, de todo modo, chegou a ser um Leibniz, um Vico ou um Voltaire.⁶

6

"The authors who cooperated in successive moments – George Sale, John Swinton, George Shelvocke, George Psalmanazar, John Campbell, Tobias Smollett – mere mercenary writers, hardly heard of in the years that saw the birth of the work, with the partial exception of the valiant arabist George Sale and of course, later on, of Tobias Smollett. None of them anyway ever was a Leibniz, a Vico or a Voltaire". ABBATISTA, Guido. *The English Universal History: publishing, authorship and historiography in an European project (1736-1790)*. *Storia della Storiografia*, Milão, n.39, p.102, 2001.

7

Cf. LYNCH, Jack. *Orientalism as Performance Art: The Strange Case of George Psalmanazar*. IN: CUNY SEMINAR ON EIGHTEENTH-CENTURY LITERATURE, 29 January 1999, Rutgers University. Disponível em: <<http://andromeda.rutgers.edu/~jlynch/Papers/psalm.html>>. Acesso em: 21 fev. 2013.

8

Para o aprofundamento nesta questão Cf. ARAUJO, Valdeci Lopes de; PIMENTA, João Paulo. *História. Ler História*, Lisboa, v.5, p.83-96, 2008. Cf. COSTA, Wilma Peres. *Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra América. Almanack Braziliense*, São Paulo, n.11, p.5-25, maio/2010. Cf. RAMOS, André da Silva; RODRIGUES, Thamara de Oliveira. *Narrativas sobre a experiência da história contemporânea do Império Luso-Brasileiro: Hipólito da Costa e Francisco Solano Constâncio (1808-1810)*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.463, abril/maio/junho de 2014.

9

A partir da análise de inúmeros projetos editoriais de atlas históricos ao longo do século XVIII, Manuel Schramm explora como a expansão do conhecimento geográfico sobre diversas partes do globo complexificou as formas providencialistas e tradicionais de se narrar a história Cf. SCHRAMM, Manuel. *The Beginnings of Historical Consciousness: Historical Atlases in the Eighteenth Century*. Open Forum Ces Paper Series, n.21. Harvard: 2014-2015. p.1-50.

O capitão George Shelvocke atuou como corsário britânico, notabilizando-se pela publicação, em 1723, de um relato de viagem intitulado "Viagem ao redor do mundo pelo Grande Mar do Sul". Mas o perfil que melhor exemplifica o caráter heterodoxo do grupo talvez seja o de George Psalmanazar, um mestre da arte da impostura e da fraude, que transformou sua biografia em um constante enigma, a ponto de ter sido tomado, durante algum tempo, em Londres, como um imigrante chinês convertido ao cristianismo. Quando se juntou ao projeto da *Universal History* já tinha sido integrado modestamente ao meio literário e editorial, colaborando na redação de panfletos e obras de referência.⁷ Além do "valoroso arabista" George Sale, o grupo também contava com escritores de sucesso e talento como o escocês John Campbell (1708-1775), autor multifacetado, tido como um dos mais bem sucedidos no mercado editorial britânico e que na parte moderna do projeto ficou responsável, dentre outras seções, pela História de Portugal.

Mesmo admitindo a pluralidade de um projeto que atravessou boa parte do século XVIII, alguns apontamentos podem ser feitos no sentido de ampliar nossa compreensão sobre o seu significado para a modernização da experiência da história.⁸ Apontaremos apenas alguns desses aspectos, sem aprofundá-los. Em primeiro lugar, o projeto produz, com algum grau de consciência da parte dos editores, uma revisão, em escala inédita, da ideia de História Universal. Gênero muito antigo, cuja história é certamente marcada por grandes descontinuidades, tinha na unidade do mundo cristão e de sua história providencial uma de suas bases de sustentação na época moderna. O projeto britânico nasceu do diagnóstico da insuficiência desses modelos, buscando novas direções.⁹

1. O planeta, e não a cristandade, tornou-se a unidade de referência dessa história. Os editores esforçaram-se por narrar os acontecimentos de todos os países e povos conhecidos nos diversos continentes. Mesmo na parte antiga, há uma tentativa consciente de ir para além da geografia bíblica. Portanto, um primeiro traço modernizante do projeto é a ampliação geográfica da história, que passou virtualmente a coincidir com uma história do globo.

2. Embora iniciem pela parte antiga, o projeto em sua segunda fase avançou para o mundo moderno, mantendo a mesma pretensão de exaustividade da parte anterior. Também a dimensão cronológica foi alargada, dando à história moderna a mesma dignidade da antiga e procurando unificar essas diversas histórias em um mesmo horizonte cronológico.

3. Como apontado acima, o projeto só foi possível pela existência inédita de um mercado editorial em acelerada expansão. O capitalismo editorial permitia e exigia novos conteúdos para um novo público. Um público, por exemplo, não familiarizado com o latim como língua de cultura, que estava tanto ávido por acolher a nova forma do romance, quanto precisava educar-se e entreter-se com o legado histórico da humanidade.

4. Tratado como conteúdo disponível para um público em expansão, a forma de lidar com esse legado na historiografia passou por um grande esforço de compilação e tradução. Diferente dos eruditos, esse público não poderia contar com o acesso, ou o tempo, para consultar a imensa variedade de textos nos quais as histórias antigas e modernas estavam escritas, particularmente em grego, latim e outras línguas nacionais. Como um leitor médio britânico poderia ter acesso à história da França escrita em provençal, francês e latim por cronistas e historiógrafos?

5. Esse novo tipo de história, que emergia da prática dessas novas compilações, punha em movimento outro tipo de relação entre letrado e público. Como o público não era, por definição, formado por especialistas ou eruditos, essas histórias precisavam realizar um grande esforço didático para comunicar seus conteúdos. A imensa dimensão do projeto, certamente pensado também como obra de referência e consulta, era remediada por um uso intensivo e diversificado de longas notas explicativas e notas laterais que guiavam o leitor nessa experiência, para muitos inédita, de ter em mãos a história completa de quase todas as "nações" do mundo.

6. Como era de se esperar, tendo em vista que essas histórias foram produzidas com fontes tão diversas e para leitores também variados, seu resultado foi bastante irregular e heterogêneo. As grandes linhas das histórias dinásticas são mantidas como grade para as histórias nacionais, respeitando-se, em grande medida, uma definição clássica dos conteúdos, prioritariamente político-militar. Isso ao lado, como dito acima, de forte presença de uma cultura erudita, seja no cuidado crítico, seja na apresentação minuciosa das notas de referência às autoridades no fim das páginas. Não está ausente algum esforço de compreensão narrativo-filosófica de processos, por um lado, e certa ampliação do anedótico, do curioso e do individual, por outro, que deveria dar conta do necessário entretenimento do público leitor.

7. O modelo compilativo adotado no projeto correspondia a uma versão fraca de autoria, ao menos se comparado com a que se consolidará no século XIX. Embora o tema merecesse análise mais longa, para nosso objetivo aqui basta observar que essa versão fraca de autoria correspondia à própria natureza coletiva deste tipo de projeto editorial, distribuído para grandes equipes e publicado em dezenas de volumes ao longo dos anos. Isso tornava possível a constante "atualização" dessas histórias pelo acréscimo de novas "nações", e mesmo pela expansão do relato sempre em direção ao presente. Como em outras atividades letradas o autor era remunerado mais pela quantidade do seu trabalho do que pela originalidade de sua expressão ou ideia.

Em resumo, o trabalho de compilação reunia diversos procedimentos distintos: a) "tradução" de antigas crônicas e textos originais (grego, latim, árabe, diversas línguas vernáculas), o que pressupunha a existência de uma comunidade de letrados capazes de ler e decifrar esse material para o leitor-consumidor; b) a seleção crítica do material presente nessas fontes (secundárias) primárias. Esse processo crítico envolveu o estabelecimento dos fatos por comparação entre autoridades, razoabilidade, consistência das fontes, etc; c) seleção por relevância cultural. Sobre este ponto cabe destacar a intensificação do anedótico e do individual, além de um olhar irônico laicizante, típico da Ilustração, que não só procurava excluir o

miraculoso e fantástico, como o ridicularizava programaticamente. Essa história tendia igualmente a ser antipapal e anticatólica. d) A fusão sintética desse material criticado em unidades eminentemente nacionais, procurando estabelecer rigorosamente a cronologia e um cânone de assuntos, eventos e feitos geralmente de perfil político-militar e monárquico, mas com presença nítida de um esforço por compreender as causas dos acontecimentos, o que, em geral, recaía na análise das "índoles" dos povos e seus governantes.

10

An Universal history, from the earliest account of time. Compiled from original authors; and illustrated with maps, cuts, notes, etc. With a general index to the whole. London: Printed for T. Osborne [etc.], 1736-1768. 65 volumes.

11

The Modern Part of an Universal History, from the Earliest Account of Time. Compiled from Original Writers. By the Authors of the Antient Part. Vol. XXII. London: Printed for T. Osborne [etc.], 1760.

12

CANTWELL, Burton (Ed). *Dictionary of national biography.* Vol. VIII. London: Smith, Elder, and Co, 1886. p.373.

13

"To the 'Modern Universal History' he contributed the histories of the Portuguese, Dutch, French, Swedish, Danish and Ostend settlements in the East Indies, and histories of Spain, Portugal, Algarves, Navarre, and that of France from Clovis to the year 1656". NATIONAL BIOGRAPHY. Op. Cit., p.374.

14

Ibidem, p.375.

15

Na biografia de Campbell, o Dr. Kippis descreve o seu próprio fascínio com o texto, e o engano de alguns leitores mais ingênuos. Dr. KIPPIS. *Biography. The life of Dr. John Campbell, LL.D.* The London Magazine Enlarged and Improved. Volume the Second, for January, February, March, April, May, June, 1784. p.343-349.

II. A História de Portugal na *Universal History*¹⁰

A parte que contém a História de Portugal na *Universal History* foi publicada no volume 22, em 1760, sendo a narrativa da obra encerrada no ano de 1714, não abrangendo, portanto, eventos contemporâneos ao referido volume.¹¹ Como já dito acima, a parte lusa é atribuída ao escocês John Campbell. Sua primeira obra considerada original data de 1739, intitulada "As viagens e aventuras de Edward Bevan, Esq., ex-mercador em Londres, etc". Pela descrição da *National Biography*, tratava-se de um tipo de autobiografia fictícia, ao estilo de Defoe, que reunia informações sobre topografia, história, produtos naturais, condições políticas, maneiras e costumes de países supostamente visitados.¹² É neste período que Campbell começou a colaborar para a *Universal History*, sendo, durante algum tempo, a ele erroneamente atribuído a redação da *Cosmogonia*, na verdade, escrita por George Sale. Na parte antiga, Campbell escreveu a "História dos impérios persa e de Constantinopla". Na parte moderna, compilou as histórias da presença europeia, inclusive portuguesa, nas Índias orientais.¹³ Redigiu ou compilou as histórias de Portugal, Espanha e boa parte da francesa de Clóvis até 1656.

Em 1741, Campbell publicou uma "História concisa da América Espanhola"; simultaneamente, escrevia as "vidas" de almirantes e outros grandes navegadores britânicos, assim como também contribuiu com diversos perfis para a "Biografia Britânica". Em 1750, publicou "O estado político da Europa", um conjunto de resumos das histórias dos estados europeus, suas relações internacionais e políticas internas. Essa obra, republicada em um periódico intitulado *The Museum*, parece ter tido larga recepção em seu tempo. Essa atuação intensa e variada, em gêneros para os quais havia um crescente interesse por parte de um público leitor em expansão, possibilitou o enriquecimento do autor.¹⁴

Em 1743, Campbell provou estar a vontade no eclético grupo reunido pelo projeto da *Universal History*, pois publicou um pequeno livro intitulado "Hermippus Redivivus", no qual se propunha apresentar um método para o prolongamento da vida retirado de grandes autoridades antigas. Era obviamente uma sátira, pois o segredo da longevidade seria respirar o mesmo ar que os jovens, em especial as mocinhas. Mas a forma do livro parece ter confundido alguns de seus leitores, incapazes de descobrir o falso por detrás de todo o aparato erudito simulado pelo autor. Já no título era anunciado "um comentário sobre uma inscrição antiga na qual este grande segredo é revelado e confirmado por numerosas autoridades".¹⁵

Esse lado heterodoxo do grupo de compiladores da *Universal History* certamente o afastava das academias ilustradas típicas do Antigo Regime, que também adotando as técnicas da erudição, produziam uma variedade historiográfica mais amarrada pelo decoro clássico e monárquico, voltada para um auditório igualmente erudito, nobilitado ou semi-especializado, no qual as longas e sisudas dissertações eram a base para a escrita de histórias gerais, eclesiásticas e/ou civis, muitas ainda prioritariamente escritas em la-

16

Cf. KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724–1759)*. São Paulo: Hucitec, 2004. Cf. NICOLAZZI, Fernando F. Entre 'letras & armas', a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira do século XVIII. *Almanack Braziliense*, v.11, p.40–51, 2010. Cf. SILVA, Taise Tatiana Quadros da. *Maquinações da Razão Discreta: Operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779–1814)*. Tese (Doutorado em História Social). 2010. 312fls. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

17

MANN, M. L'Abbé. *Dissertation sur L'Histoire Universelle (...)*. A Bruxelles : Chez Mathieu Lemaire, Imprimeur-Librairie, Rue de la Magdelaine, près l' Hotel d' Anglaterre, 1780. p.25–26.

18

Histoire Universelle, Depuis Le Commencement Du Mond Jusqu'a Présent. Composée en Anglois par une Societé de Gens de Lettres; Nouvellement Traduite em François par une Societé de Gens de Lettres; Enrichie de Figures et de Cartes. Histoire Moderne. Tome Trente-Troisieme. Contenant l'Histoire du Royaume de Portugal. Paris: Chez Moutard [etc.], 1785.

19

"Of all the Kings of Portugal not one deserves to be more honorably mentioned than Emanuel, who became possessed of the crown in 1495: he was named the 'Fortunate' with great propriety; for his neighborhoods, as well as his subjects were partakes of his good fortune. To his sagacity and management must be attributed the discovery diffused throughout Europe. He was distinguished for being frugal without parsimony and generous without prodigality". *The Monthly Review or Literary Journal*. By Several Hands. Volume XXIV. London: Printed for R. Griffiths in the Strand, 1761. p.110–122 e p.120.

20

"Upon the whole, though the reader will find nothing classical either in the stile or composition of the Spanish and Portuguese histories, though the narrative is prolix and embarrassed, the characters dead and unenlived, and the reflections trite, hackneyed and superficial; yet such is the variety and novelty of matter, that he cannot fail of being instructed and entertained". *The Critical Review or Annals of Literature*. By a Society of Gentleman. Volume X. London: Printed for Hamilton, in Falcon Court, Fleet Street, 1762. p.161–178 e p.178.

21

Para um aprofundamento sobre as performances da distância histórica na historiografia e demais gêneros literários na Grã-Bretanha neste contexto Cf. PHILIPS, Mark Salber. *Society and Sentiment*. New Jersey: Princeton University Press, 1997.

tim. As distintas condições de autonomia e produção destas variedades explicam porque, ao final do XVIII, os letrados portugueses precisaram recorrer à *Universal History* para obter uma versão "moderna" de sua história nacional, apesar da existência e do trabalho das academias luso-brasileiras.¹⁶

Já em 1741, a parte antiga da obra começou a ser publicada em língua francesa, em uma versão editada em Amsterdam e atribuída à Guillaume Thomas François Raynal (1713–1796). A partir de 1779, uma nova versão em língua francesa começou a ser publicada em Paris, editada por Nicolas-Léger Moutard (1742–18??), sendo que, nesta edição, a parte moderna da obra foi traduzida do original e "aperfeiçoada".¹⁷ O tomo que contém a *História de Portugal* foi publicado em 1785 naquela língua, sendo ele a base da primeira tradução para o português feita por Moraes Silva. Na versão francesa são acrescentados novos capítulos com eventos da história de Portugal até o ano de 1760 e um capítulo introdutório intitulado *Description Du Royaume de Portugal: Origine, splendeur e décadence de cette Monarchie*, ao gosto dos grandes ensaios de especulação filosófica sobre história, tão em voga naquele fim de século.¹⁸

Um pouco da recepção da primeira edição inglesa da história de Portugal pode ser mapeada em resenhas em periódicos britânicos. Um resenhista da *Monthly Review*, em 1761, ressaltou o caráter memorialista da obra e citou excertos para demonstrar como os feitos dos portugueses foram grandiosos e possuíam "as mais memoráveis das particularidades". Nesse sentido, o reinado de Dom Manuel I e a expansão de Portugal deviam ser lembrados como momentos gloriosos e exemplares da história da Europa.

De todos os reis de Portugal, nenhum merece ser mais honoravelmente mencionado que Manuel, que possuiu a coroa em 1495: ele foi chamado de "O Venturoso" com grande propriedade; pois sua vizinhança, tanto quanto seus súditos, foram participantes da sua boa fortuna. À sua sagacidade e manejo deve ser atribuída a descoberta difundida por toda Europa. Ele se distinguiu por ser sóbrio sem parcimônia e generoso sem prodigalidade.¹⁹

Em contrapartida, outro resenhista, agora da *Critical Review* destacava, em 1762, a relação ambivalente da obra com as crônicas que visavam eternizar na memória os feitos dos reis, enfatizando que "[...] o leitor, nada de clássico encontrará no estilo ou na composição das histórias de Portugal e Espanha, embora a narrativa seja prolixa e embaraçada, os personagens mortos, sem vida, e as reflexões banais, vulgares e superficiais", no entanto, "tal é a variedade e novidade da matéria, que ele não fracassará em encontrar nela instrução e diversão".²⁰ Para este resenhista, as histórias de Portugal e Espanha, presentes na *Universal History*, diferenciavam-se das obras dos cronistas clássicos, i.e., dos séculos XII a XVII, porém, alguns elementos foram preservados destes autores, como o distanciamento na narrativa, constatado a partir da caracterização crua das virtudes públicas dos personagens, e a escassa reflexão filosófica no corpo da obra. Dessa forma, o autor da resenha demonstrava tanto o afastamento quanto a proximidade dos autores da *Universal History* com relação às narrativas das crônicas, afirmando, implicitamente, a positividade do alargamento da distância histórica com relação aos ideais de composição clássicos.²¹ A positividade deste alargamento se realizava na possibilidade da composição historiográfica superar a parcialidade das crônicas dos eventos contemporâneos, incapazes de tecerem amplos juízos filosóficos sobre o processo histórico. A *História de Portugal*, presente na *Universal History*, trazia "reflexões banais,

22

"The twenty-second volume contains a minute and circumstantial history of the origin, rise, and progress of the Portuguese monarchy, deduced from a variety of Spanish and Portuguese historians. The most interesting event that occurs in the annals of this country, is the famous revolution effected in the reign of Philip IV under the conduct of John duke of Braganza, afterwards raised to the throne of Portugal. Our author have very accurately described every circumstance that gave birth to this grand revolt; the errors in Philip's administration, which laid the foundation of the Portuguese discontents; the breach of the fundamental articles, whereby the crowns of the Spain and Portugal were united; the encroachments of the Spanish ministers; the total neglect of the Portuguese commerce, by which alone that kingdom was rendered considerable; the tyranny exercised over the clergy; the exorbitant taxes levied upon the people, and the wanton barbarities and insolences committed by Castilians, who, in all respects, treated Portugal as a conquered Province. These with a thousand other enormities, every day exercised by the haughty Spaniards, determined the Portuguese to seek their remedy in a revolution and their courage". *The Critical Review or Annals of Literature*. Op. Cit., p.172.

23

Pocock diferencia a imutável "virtude republicana clássica", por ser inscrita na natureza, da cambiável "virtude moderna", em face à disseminação do comércio e possibilidade de expansão do foro íntimo: "Montesquieu y otros teóricos sociales deberán concluir que la virtud espartana, romana o gótica, fundada en la posesión de la tierra por individuos austeramente independientes, era de una dureza inhumana y que solo con la expansión del comercio y las artes los hombres se socializaron y llegaron a adquirir la capacidad necesaria para poder albergar sentimientos como la confianza, la amistad y el amor Cristiano". POCOCK, John G. A. *El Momento Maquiavélico: el pensamiento florentino y la tradición republicana Atlántica*. Madrid: Editorial Tecnos. p.532.

24

Com relação ao envolvimento nesta compreensão da história da Europa e sua sistematização em macronarrativas, Monica Báar escreve, a propósito de John Campbell, o compilador da História de Portugal na *Universal History*: "[...] the origins of the modern world, as described by the Scottish writer John Campbell, adopted the mainstream commercial narrative of the Scottish Enlightenment, eulogizing commerce as a vehicle for progress and liberty". BAÁR, Monica. Op. Cit., p.64.

vulgares e superficiais", no entanto, podia ser considerada uma síntese do desenvolvimento da nação enquanto uma unidade que se forma ao longo do tempo. As causas dos progressos e decadência de Portugal podiam ser apreendidas pelos leitores, que teriam, nesta obra, uma síntese diacrônica dos feitos que abarcavam cerca de 500 anos de história. Era dado ao leitor a possibilidade de uma experiência cosmopolita da história da Europa e do mundo, mesmo que no texto faltasse esse ponto de vista ou o julgamento filosófico exigido pelo século.

Deste modo, o evento mais importante narrado na *História de Portugal* teria sido a "revolução" de Bragança, pois os autores da obra, na perspectiva do resenhista, demonstraram como os espanhóis, após a união das dinastias, trataram "Portugal como uma província conquistada". Neste ponto, o fundamental para o resenhista foi destacar como os desmandos político-administrativos da coroa espanhola inviabilizaram a unidade entre as duas coroas. Essas ações, segundo este autor, bárbaras, arbitrarias e insolentes, teriam suprimido a pujança do comércio português, submetido o clero com tirania e taxado o povo com pesados impostos. Com efeito, o resenhista da *Critical Review* apontou para a crise da concepção da virtude militar ao dar ênfase à atuação da coroa espanhola em Portugal, já que o progresso/comércio do reino não foi promovido, pois o mesmo foi tratado como uma "província conquistada". Portanto, o resenhista da *Critical Review* leu a *História de Portugal* em oposição às obras dos cronistas clássicos, pois os compositores da *Universal History* apontavam para a crise da concepção de virtude militar, compreendida em oposição ao progresso moral e material das nações. O distanciamento da concepção de virtude dos cronistas refletiu no método adotado na obra, por sua vez composta a partir do exame crítico e confronto de diversas crônicas.

O vigésimo segundo volume contém uma minuciosa e circunstancial história da origem, surgimento e progresso da monarquia portuguesa, *deduzida de uma variedade de historiadores espanhóis e portugueses*. O evento mais interessante nos anais deste país é a famosa revolução acontecida no reinado de Filipe IV sobre a condução de João, Duque de Bragança, logo após elevado ao trono de Portugal. Nosso autor descreveu muito acuradamente toda a circunstância que deu origem a esta grande revolta; os erros da administração de Filipe, que lançaram as fundações dos descontentamentos portugueses; a quebra de artigos fundamentais, pelos quais as coroas de Espanha e Portugal estavam unidas; as usurpações dos ministros espanhóis; a *total negligência do comércio português, fonte única da importância do reino*; a tirania exercida sobre o clero; as exorbitantes taxas lançadas sobre o povo, e as arbitrarias barbaridades e insolências cometidas pelos castelhanos, que, em todos os aspectos, tratou Portugal como uma província conquistada. Estas, somadas a milhares de outras maldades todos os dias exercidas pelos arrogantes espanhóis, foram decisivas para que os portugueses procurassem seu remédio em uma revolução e em sua coragem.²²

Portanto, era possível, para um leitor britânico identificar, no texto de Campbell, os principais elementos do humanismo comercial, tal como definido por Pocock.²³ Mesmo sem o ensaio filosófico, era possível ao leitor assimilar um reforço do conjunto de valores da vida civil assentado em certa interpretação da história da Europa como um progresso do "barbarismo e religião" à época comercial.²⁴

Essa descrição não pareceu suficiente aos tradutores e editores franceses, que na edição da parte moderna procuraram ampliar o espaço da especulação filosófica. Por outro lado, a edição francesa deslocou as longas

notas de erudição ou explicativas para o fim do livro, já que na edição britânica estavam indicadas por letras ao final das páginas. O significado desse deslocamento não é fácil de estabelecer, mas podemos especular sobre seus efeitos, pois a edição francesa acaba tendo um aspecto mais leve e menos erudito, embora sejam mantidas as referências às fontes no rodapé. Será esse texto, e não a versão britânica, a fonte para a transposição desse universo para a língua portuguesa, como veremos a seguir.

III. A transplantação lusa: Antônio de Moraes Silva e a recepção combativa
Ao traduzir a História de Portugal, Moraes Silva incorporou o capítulo introdutório da edição francesa e continuou a narrativa do relato do Reinado de Dom José I até 1777, ou seja, não se tratou apenas do que hoje consideramos uma tradução, mas verdadeira apropriação e continuidade com o projeto de uma história compilativa. Outras edições desta obra foram publicadas em Portugal nos anos de 1802, 1825 e 1828.²⁵ A partir do volume de 1802, um último capítulo sobre o reinado de Dona Maria I foi acrescentado, sendo este escrito por José Agostinho de Macedo (1761-1831). Na Inglaterra, Hipólito da Costa (1774-1823) editou uma versão em 1809, igualmente mantendo o corpo da obra traduzida e ampliada por Moraes Silva, sendo o capítulo inserido por Agostinho de Macedo sobre o Reinado de D. Maria I substituído por ser considerado equivocado, e trocado por um de autoria do próprio Hipólito.

A rica fortuna desse projeto demonstra a importância desse texto para a cultura histórica luso-brasileira, tendo em vista as várias reedições e as polêmicas surgidas a propósito do reinado de D. Maria I.²⁶ A multiplicidade de textos que a constitui aponta para a complexidade das relações historiográficas entre Portugal, Inglaterra e França, sendo impossível reduzir tais conexões à unilateral categoria de influência.²⁷

O caráter híbrido do texto original britânico (clássico, erudito e, em menor escala, filosófico) parece ter sido importante para a recepção da obra em Portugal, que teve a sua publicação autorizada pela censura e sua impressão realizada pela Academia Real de Ciências de Lisboa. Moraes Silva escreveu, no prefácio, que a história de Portugal não podia contar somente com as "leves tinturas" que se podia tirar dos "antigos compêndios", tornando-se necessária uma compreensão histórica mais ampla sobre o processo de formação do reino.²⁸ No entanto, mesmo criticando os cronistas, a dimensão elogiosa das suas obras deveria ser preservada, pois a virtude militar não podia ser julgada com mero distanciamento pelo presente. Sua dignidade devia ser restituída, já que esta possibilitou a manutenção da unidade do Reino no passado. Dessa forma, no corpo do texto principal traduzido para o português é enfatizado que "uma longa série de Príncipes Guerreiros e prudentes" possibilitou a unidade do "pequeno Reino" e a glória de Portugal "em todas as partes do Mundo".²⁹

Ao passo que esta perspectiva idealizada continua presente na obra, igualmente encontram-se passagens que dissolvem as glórias fundadas nos relatos dos cronistas. Estes, ao buscarem eternizar a exemplaridade dos feitos dos reis como guiados pela interferência direta de milagres divinos, são criticados pelos compiladores da obra em notas, que concebiam a interferência direta da providência como desqualificadora das narrativas dos cronistas. Esta perspectiva foi seguida por Moraes Silva, que traduziu a nota presente nas versões inglesa e francesa: "A verdade é, que os Escritores modernos são menos repreensíveis, que os antigos, os quais muitas ve-

25

RODRIGUES, A. A. Gonçalves. A Tradução em Portugal. Volume Primeiro. 1495-1834. Lisboa: Imprensa Nacional : Casa da Moeda, 1992. p.254, p.358 e p.369.

26

Cf. MACEDO, José Agostinho de. História do Reinado da Fidelíssima Rainha D. Maria I nossa senhora. In: *História de Portugal composta em inglês por uma sociedade de literatos*. Tradladada em vulgar com as adições da versão francesa e notas do tradutor português, Antônio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. Tomo IV. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1802. p.74-150. Cf. COSTA, Hipólito José da. História do Reinado de D. Maria I. In: *História de Portugal composta em Inglês por uma sociedade de Literatos*. Tradladada em vulgar com as notas da edição francesa, e do tradutor francês Antônio de Moraes Silva e continuada até os nossos tempos. Em Nova Edição: Tomo III. Londres: Na Oficina de F. Wingrave, T. Boosey : Duau & Co & Lackington: Allen & Co, 1809. p.214-248.

27

Para um aprofundamento teórico-metodológico na questão Cf. ZERMEÑO PADILLA, Guilherme . História, Experiência e Modernidade na América Ibérica, 1750-1850. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n.7, p.5-25, maio/2008. Cf. ARAUJO, Valdeí Lopes. História dos Conceitos: problemas e desafios para um releitura da modernidade ibérica. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n.7, p.47-55, maio/2008. Cf. PIMENTA, João Paulo Garrido. História dos Conceitos e História Comparada: elementos para um debate. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n.7, p.56-60, maio/2008.

28

MORAES SILVA, Antônio de. Prefácio do Tradutor. In: *História de Portugal composta em inglês por uma sociedade de literatos*. Tradladada em vulgar com as adições da versão francesa e notas do tradutor português, Antônio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. Tomo I. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1788. p.1-4 e p.1.

29

História de Portugal composta em inglês por uma sociedade de literatos. Op. Cit. Tomo I, 1788, p.49.

30
Ibidem. Tomo II, p.125.

31
Ibidem. Tomo I, p.72-73.

zes dão as suas Histórias o jeito, que lhes convém, mais para as acomodar às ideias, que eles tinham acerca da Justiça de Deus".³⁰ Portanto, a tradução e ampliação da *História de Portugal* realizada por Moraes Silva seguiu tanto o decoro dos cronistas, ao não prescindir da narrativa dos sucessos e virtudes dos reis de Portugal, quanto negou a exemplaridade atemporal das crônicas, ao submeter estes relatos à crítica erudita, pois a narrativa devia ser tecida "[c]onforme às melhores memórias, emendadas por comparação dos sucessos, que são a única guia certa na História".³¹

Apesar de Moraes Silva expor no prefácio e notas de rodapé críticas às narrativas dos cronistas portugueses, o corpo da obra traduzida não rompeu com a predominância de temas clássicos-tradicionais, como a política e ações militares. Da mesma forma que os autores das versões inglesa e francesa fizeram nos capítulos anteriores, Moraes Silva, ao completar o reinado de Dom José I, seguiu a cronologia dinástica e narrou com distanciamento emotivo os sucessos políticos e militares da Monarquia. O corpo do texto principal apresenta poucos juízos filosóficos envolvidos à narrativa dos fatos compilados de cronistas portugueses e estrangeiros.

No entanto, Moraes Silva acrescentou o capítulo introdutório *Description Du Royaume de Portugal: Origine, splendeur e décadence de cette Monarchie*, presente na versão francesa. Neste capítulo, o afastamento dos horizontes históricos dos cronistas em relação ao presente foi reiterado logo no primeiro parágrafo, abrindo o amplo caráter de síntese filosófica deste texto. Com efeito, lê-se na tradução de Moraes Silva para a língua portuguesa:

Portugal, que foi em outro tempo parte da antiga Espanha, jacta-se, como muitas outras regiões, de uma antiguidade que se perde na obscuridade dos tempos. Os autores portugueses querem que a sua pátria fosse povoada primitivamente por Tubal, e pela sua família, do qual dizem, que fundou uma Cidade, a que pôs seu nome, e que ainda hoje existe, com o de Setubal; e que tem isto por uma prova sem réplica do que afirmam. Mas os historiadores espanhóis, não menos orgulhosos de sua origem que os portugueses, contestam-lhes esta prova, e reclamam o mesmo Tubal como fundador da sua Monarquia.³²

32
Ibidem, p.1-2.

33
Ibidem, p.2.

A incerteza das origens mitológicas fundadas na tradição bíblica narrada pelos cronistas é evidenciada na exposição dos múltiplos povos que habitaram os domínios geográficos de Portugal ao longo do tempo, como os Turdulos, Belles, Lusões, Suevos, Romanos, Godos e Mouros.³³ A crítica à concepção bíblico-mitológica, segue-se, neste capítulo introdutório, um esforço de sistematização filosófica que expõe as causas da ascensão e queda de Portugal. Se, por um lado, "[...] entre as Nações Modernas, a portuguesa é a que mais se ilustrou por uma larga série de tempos", por outro, o "Reino veio a decair desde que por forças de armas se reduziu à Província da Espanha".³⁴ Para entender a particularidade dos progressos e decadência de Portugal são realizados, neste capítulo introdutório, breves esboços geográficos sobre as províncias do Reino, análises quantitativas sobre as produções agrícolas, comerciais, industriais e rendimentos do erário público; atuação do governo, do clero e da Inquisição, concluindo com um tópico intitulado "Do caráter nacional".

34
Ibidem, p.4.

No geral, nesse capítulo introdutório é apresentada a imagem de um Reino decadente, que somente após o ministério do Marquês de Pombal passou a ter uma relativa independência econômica das nações estrangeiras, já que os "benefícios" que este trouxe à pátria tornam desculpável o "despotismo com que governou".³⁵ A baixa produção agrícola, a diminuição

35
Ibidem, p.21.

36

História de Portugal composta em inglês por uma sociedade de literatos. Tomo I. Loc. Cit.

37

História de Portugal composta em inglês por uma sociedade de literatos. Tomo I. Loc. Cit.

da população, o desaparecimento das artes, o decréscimo do erário público e o declínio do "gênio militar" são apresentados como as causas da "inércia da metrópole" no século XVIII, sendo que estes efeitos negativos da improdutividade se fizeram sentir até nas "fertilíssimas terras" do Brasil.³⁶ Este estado catastrófico foi explicado como provocado pela dependência do comércio com a Inglaterra.³⁷ Em contrapartida, a este estado de miséria, a atuação política do Marquês de Pombal foi apresentada como decisiva para uma maior autonomia do comércio com relação à Inglaterra e para a dinamização da economia. Nesse ponto, o texto destaca como as medidas políticas de Pombal estavam em consonância com os ideais das nações civilizadas, podendo isto ser constatado até mesmo na administração colonial, especialmente com relação ao Brasil:

Este Ministro cuidou em propagar pelas colônias o mesmo espírito de indústria, que queria estabelecer no Reino. E sabendo muito bem, que a escravidão, ao menos segundo o teor moderno, desnerva as faculdades da alma, e priva os homens de sua atividade, publicou um Decreto, pelo qual se restabeleceram em seus direitos os Índios do Brasil, que por ele se declararam tão livres como os portugueses; ato de beneficência, antes de justiça, que fazendo honra à humanidade, envergonha as demais nações civilizadas, que ainda não imitaram este exemplo.³⁸

38

Ibidem, p.23-24.

Contudo, se neste caso particular, Portugal é colocado como um modelo para "as demais nações civilizadas", a atuação de Pombal não foi capaz de fazer o reino superar os entraves de um "exemplo inaudito de tanta pobreza Nacional".³⁹ Os "sábios regulamentos" do Ministro teriam permitido a superação das dificuldades do país caso não sobreviesse a Portugal "a terrível catástrofe de 1755" com o terremoto.⁴⁰ Esta caracterização, em grande medida negativa, sobre Portugal, encerra-se com o tópico "Do Caráter Nacional", no qual os portugueses são caracterizados a partir de uma anedota:

39

Ibidem, p.30.

40

Ibidem, p.31.

Ainda que os portugueses são havidos por mais laboriosos, que seus vizinhos, e mais inteligentes da navegação e do comércio, nem por isto deixou Lord Tirawleis de dizer por eles engraçadamente 'E que se há de esperar de uma Nação, da qual a metade espera pelo Messias, e outra metade por El Rei D. Sebastião que morreu há 200 anos?' Mas taxe-se embora de frívola esta lembrança. Se porém é verdade, que os portugueses se avantajaram aos espanhóis, no que toca à navegação e ao comércio; tão bem parece que ficaram muito aquém deles, ao menos por muito tempo, e ainda hoje, no que respeita à constituição e disciplina militar, prescindindo-se do valor.⁴¹

41

Ibidem, p.38-39.

Ora, mesmo sendo o relato do Lord Tirawleis concebido como uma frívola lembrança, pode-se compreender que esta foi tida como instrutiva para a verificação da decadência de Portugal, pois se os portugueses são tidos como mais "laboriosos" que os espanhóis no que concerne às atividades comerciais e à navegação, tal superioridade não pode ser constatada a respeito da virtude militar, perdida em meio às expectativas supersticiosas sobre o retorno do Messias ou do rei D. Sebastião. Sendo assim, a caracterização do Lord Tirawleis, apesar de extremamente cáustica, guardava em si conclusões que não podiam ser dispensadas na análise do estado do Reino, pois o declínio de Portugal e seu descompasso com as demais nações se relacionavam à natureza supersticiosa do povo.

Moraes Silva não se manifestou perante estas críticas ao estado presente de Portugal; no entanto, quando as críticas contidas no capítulo introdutório confrontaram as instituições do Reino e a origem absoluta do poder real, foram prontamente rebatidas. Com relação à Inquisição, o original

42
Ibidem, p.36-37.

43
Ibidem, p.37-38.

44
Ibidem, p.1-2.

45
Ibidem, p.3.

46
História de Portugal composta em inglês por uma sociedade de literatos. Tomo I. Loc. Cit.

francês afirma ser "mais temida neste Reino do que na Espanha", sendo a responsável por muito tempo pela "Censura dos Livros, que se haviam de imprimir". Este controle teria sido decisivo para que o povo permanecesse ignorante, pois "não liam senão vidas de santos sem critério, histórias de milagres obrados com relíquias, e, talvez, alguns contos de fadas e máximas tendentes a acrescentar o predomínio dos ministros da Igreja no ânimo dos povos".⁴² É desenvolvido, logo em seguida, que este estado de ignorância teria sido confrontado pelo Marquês de Pombal, que tanto reconfigurou o regimento da censura de livros, ampliando a atuação de magistrados seculares e restringindo o protagonismo da Inquisição, quanto proibiu a cerimônia dos Autos de Fé e a condenação de réus sem a aprovação do Rei.⁴³

Mesmo sendo feita esta ressalva no capítulo introdutório traduzido da versão francesa, Moraes Silva destacou, no prefácio, como o Tribunal da Inquisição, em sua configuração presente, não significava um obstáculo ao desenvolvimento do Reino. Esta defesa do Tribunal fazia-se necessária, em sua opinião, pois a "inteireza do original" foi conservada, sendo "transladados alguns lugares, em que os autores desta obra maltratam o Régio Tribunal". Assim, o tradutor expõe que as penas desta instituição foram aplicadas com "brandura e humanidade" nos reinados de Dom José I e Dona Maria I, caracterizando "a regularidade, com que naquele reto Tribunal se procede, principalmente em virtude do novo Regimento".⁴⁴

Moraes Silva procurou demonstrar como a Inquisição, ao invés de se opor ao avanço de Portugal, atuava na reabilitação dos réus de lesa majestade, que em outras nações eram condenados à morte. O tradutor ressalta ainda a importância histórica desta instituição para o Reino, ao demonstrar a sua atuação decisiva para a manutenção da unidade da Monarquia nos "calamitosos tempos da pretensa Reforma", no qual inúmeras guerras de religião se desencadearam pela Europa. Dessa forma, a introdução da Inquisição "teve efeitos melhores, do que foram prejudiciais algumas imperfeições, que não deixam de entrar em todas as obras humanas".⁴⁵ Segundo Moraes Silva, a natureza humana estava sujeita ao erro, não podendo ser poupado o Tribunal da Inquisição de críticas; contudo, ao serem descobertos os equívocos desta instituição, os mesmos foram corrigidos, não podendo haver dúvidas "[d]o quanto a bondade e clemência da nossa Augusta e Piíssima Rainha têm influído na brandura e humanidade com que hoje se procede nas Inquisições deste Reino".⁴⁶

Dessa forma, o tradutor defende a Inquisição, expondo que no passado ela esteve encerrada em excessos e barbaridades análogas às cometidas em outras nações da Europa, e que, no presente, ela era uma prova da capacidade dos ilustrados monarcas portugueses de realizarem reformas e superarem os entraves do progresso do Reino. Nesse sentido, o autor reitera, em nota, o que foi afirmado no prefácio:

A Inquisição por atalhar as funestíssimas consequências dos erros de Lutero, Calvino, e outros, houve-se com toda a severidade na Censura dos Livros, e bem se sabe que por ocasião daquelas disputas se averiguaram muitas verdades, e ilustraram outras, mas eram trigo com joio, isto é, acompanhadas de erros, ou insertas em maus livros. Houve-se talvez com nimio rigor como foi proibindo as Comédias de Sá de Miranda, Antonio Ferreira, &c.&c. que hoje correm, e então foram representadas ante o Rei D. João o III., e o Cardeal Rei D. Henrique Inquisidor Geral: talvez foi muito indulgente com livros de pias credulidades, ou antes, que inculcam coisas análogas: *mas era defeito dos tempos.* Depois, quando começaram a raiar as luzes mais puras neste Reino, e a haver na Inquisição quem abrisse a elas os olhos, mudou-se a Censura para o Régio Tribunal da Mesa Censória. Em fim considere-se o leitor o melindre, com que se hão de fazer as mudanças para melhor na opinião do povo, e povo de todas as classes, que crê porque

Para uma análise das práticas de leitura no contexto do reformismo ilustrado que emergiram enredadas a uma nova compreensão da história, por sua vez capaz de separar presente e passado e contestar as representações tradicionais Cf. VILLALTA, Luis Carlos. *Libertine readings in Portugal and Brazil (c. 1746-1807)*. In: ABREU, Marcia; DEACTO, Marisa Midori. *La circulación transatlántique des imprimés*. Op. Cit., p.103-111.

Para um aprofundamento sobre a relação entre as práticas historiográficas e as políticas do reformismo ilustrado no âmbito da Academia Real de Ciências de Lisboa Cf. SILVA, Ana Rosa Clochet. *Inventando a Nação: Intelectuais e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. Hucitec: São Paulo, 2006. Cf. SILVA, Taise Tatiana Quadros da. Op. Cit.

ABREU, Márcia. O Controle à Publicação de Livros nos Séculos XVIII e XIX: uma outra visão da censura. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v.4, ano IV, n.4, p.1-12, out/nov/dez de 2007. Para o aprofundamento nesta questão Cf. VILLALTA, Luis Carlos. *Censura Literária e Circulação de Impressos entre Portugal e Brasil (1769-1821)*. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. Op. cit., p.111-134.

Alguns elementos da biografia de Moraes Silva nos levam a questionar se esse letrado, ao apresentar críticas à Inquisição, tecidas na síntese filosófica de origem francesa, e realizar uma defesa desta instituição em alguma medida ambivalente, não tinha a intenção de agravar a crise de legitimidade da mesma. Moraes Silva se apresentou à Inquisição de Coimbra em 28 de maio de 1779 após ser acusado por Francisco Cândido Chaves de, juntamente com outros amigos universitários, não respeitarem os ritos e dogmas católicos, discutirem temas de religião e citarem frequentemente Voltaire, Rousseau e Helvécio. Moraes Silva apresentou-se ao Santo Ofício e afirmou ser a denúncia de Francisco Cândido Chaves motivada por uma brincadeira feita por ele e outros colegas estudantes da Universidade de Coimbra denunciados. Moraes Silva afirmou que ele e seus colegas fizeram um ritual de iniciação maçônico falso para supostamente ingressá-lo na ordem. Revoltado com a brincadeira, Francisco Cândido Chaves teria denunciado os colegas. Moraes Silva fugiu antes da sentença do Santo Ofício, que determinou a prisão de todos os envolvidos. O letrado retornaria a Portugal com um salvo conduto do Santo Ofício quatro anos mais tarde, e em 21 de janeiro de 1785, compareceria à Mesa da Inquisição, agora na cidade de Lisboa. Confessou estar arrependido dos erros cometidos quando estudante em Coimbra e foi condenado a pagar penitências espirituais e arcar com os gastos do processo. Em 1806, outras denúncias foram feitas ao Santo Ofício a propósito da irreligiosidade de Moraes Silva, agora residindo na freguesia de Moribeca, na província de Pernambuco. No entanto, as denúncias foram arquivadas pela Inquisição.

crê. *Todas as inovações perspectivas tem levado o mesmo caminho, e não há nenhuma, em que hoje senão pisme das imperfeições de há 20 anos atrás.*⁴⁷

Os excessos da Inquisição deveriam ser julgados tendo em vista o contexto histórico específico nos quais os mesmos foram perpetrados. No entanto, a recensão de Moraes Silva sugere um plano de concordância com as críticas enunciadas na síntese filosófica francesa, já que, para este letrado, mesmo no século XVIII, com o "raiar [d]as luzes mais puras neste Reino" e o progresso dos últimos vinte anos, podia-se sentir os efeitos da atuação histórica desta instituição, tendo em vista a exacerbada credulidade do povo. As enunciações de Moraes Silva transitam em uma linha tênue entre a contextualização do passado e o seu julgamento segundo seus efeitos sobre o presente.⁴⁸ Por um lado, prenhe de progresso, por outro, imerso na ignorância, o que demonstrava bem as incertezas quanto ao significado dessa distância histórica entre o presente e o passado do reino.

Apesar da tonalidade ambivalente da sua defesa com relação à atuação histórica da Inquisição, as enunciações do letrado podem ser compreendidas como engajadas na dissolução das dúvidas sobre o potencial da monarquia na promoção do progresso contemporâneo do Reino. Dessa forma, as notas e o prefácio do tradutor vinham ao encontro dos anseios historiográficos da Academia Real de Ciências de Lisboa, que possibilitou a impressão da obra, pois esta visava tanto a atualização de Portugal com relação aos avanços literários que aconteciam em outras nações, em especial Grã-Bretanha e França, quanto afirmar a importância das instituições do reino através de uma perspectiva reformista ilustrada.⁴⁹

Em estudos recentes, Marcia Abreu explorou casos nos quais os órgãos da censura em Portugal nos finais do século XVIII e início do XIX publicaram obras escritas por autores estrangeiros que veiculavam enunciações políticas, religiosas e morais subversivas aos padrões da monarquia, sendo estas anotadas pelos censores responsáveis pela correção das opiniões em prefácios e notas. Como árbitros da cultura, os censores confrontavam a pluralidade das opiniões corrosivas ratificando a Razão de Estado.⁵⁰ As constantes reedições dessa *História de Portugal* nas primeiras décadas do século XIX demonstram que as enunciações de Moraes Silva, no prefácio e nas notas, foram interpretadas como uma defesa da Inquisição e das instituições do Reino por seus contemporâneos.⁵¹

José Carlos Pinto de Souza, na obra *Biblioteca Histórica de Portugal e seus Domínios Ultramarinos* (1801), expõe como a tradução da segunda edição francesa da *Historie Universelle* contém inúmeras informações equivocadas sobre o reino de Portugal, cujo objetivo seria sua depreciação, "as quais previne o nosso douto Tradutor os leitores com as suas sábias notas".⁵² O autor destaca que na edição francesa foi inserido o capítulo *Description du Royaume de Portugal*, "cujo autor é de um caráter análogo ao da obra *État présent du Royaume de Portugal* acima anunciada, se não é o mesmo, como se manifesta das notícias contidas nele".⁵³ Pinto de Souza dedicou alguns parágrafos para combater as enunciações veiculadas no capítulo introdutório da obra traduzida por Moraes Silva, sendo uma das passagens abordadas a anedota de Lord Tirawleys.⁵⁴ De forma geral, este capítulo introdutório era reprovável pelos mesmos motivos anteriormente ressaltados a propósito do *État présent du Royaume de Portugal*, obra abordada em páginas precedentes.

Pinto de Souza inicia as informações sobre esta obra, publicada nos anos de 1766 e 1775, identificando seu autor:

Cf. BAIÃO, Antônio. *Episódios dramáticos da Inquisição Portuguesa*. Rio de Janeiro: Tipografia do Anuário do Brasil, 1924. v.2, p.101-122. Cf. MENEGAZ, Ronaldo. Antônio de Moraes Silva (1757-1824). *Revista Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, Real Gabinete de Leitura, n.24, p.337-341, 2º semestre de 2007. Cf. BARATA, Alexandre Mansur. *Libertinos, Afrancesados e Pedreiros-Livres*. Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822). Juiz de Fora: UFJF, 2006. p.31-80.

52

PINTO DE SOUZA, José Carlos de. *Biblioteca Histórica de Portugal, e seus Domínios Ultramarinos*. Lisboa: Tipografia Calcografica, Tipoplástica, e Literária do Arco do Cego, 1801. p.394.

53

Ibidem, p.392.

54

Ibidem, p.393.

55

Ibidem, p.346-347.

56

DUCKETT, M. W. (org.). Dumouriez. In: *Dictionnaire de la Conversation et de la Lecture*. Par une Société de Savants et de Gens de Letters. Tome Huitième. Seconde Édition, Entièrement Refondue. Paris: Michel Lévy, 1854. p.161-162.

57

PINTO DE SOUZA, José Carlos de. Op. Cit., p.346-358.

58

Cf. DUMOURIEZ, Charles-François du Périer. *État Présent du Royaume de Portugal*. Laussane: François Grasset & Comp., 1775.

É fama pública que o seu autor é o famoso e bem conhecido Mr. Dumouriez, que na detestável revolução de França em 1792 seguiu o partido dos Rebeldes; e depois sendo general deles nos Países Baixos contra a Holanda, havendo sido pelos ditos mandado prender, fugiu para a Alemanha furtando a Caixa Militar. Antes do acontecimento da sobredita revolução, também esteve nesta corte, a qual pelo conhecer lhe não concedeu o que lhe pretendia, por cuja causa se ausentou dela descontente; e desorientado ou inebriado arrojou-se, com proterva temeridade, a escrever a Obra acima enunciada para deprimir Portugal, e a escrevê-la até com manifesta ignorância crassa da História do mesmo, como demonstrativamente provam as suas seguintes notícias.⁵⁵

Charles-François du Périer Dumouriez (1739-1823) foi um general do exército revolucionário durante a Revolução Francesa, do qual viria a desertar, tornando-se partidário da monarquia e conselheiro do governo britânico durante o reinado de Napoleão.⁵⁶ Pinto de Souza o caracteriza como um "imprudente impostor" e refuta muitas das suas enunciações sobre Portugal em diversas obras para além da *État présent du Royaume de Portugal*. Neste verbete, o autor não somente afirma, sem deixar dúvidas para o leitor, que o capítulo introdutório da *Historie Universelle* foi de autoria de Dumouriez, como também atribui ser sua responsabilidade os erros de erudição e os preconceitos veiculados ao longo dos capítulos da edição francesa traduzida por Moraes Silva.⁵⁷ Ora, o que foi afirmado peremptoriamente no tocante à autoria da obra neste verbete foi colocado em dúvida posteriormente na entrada sobre a *Historie Universelle*; no entanto, torna-se importante destacar que Pinto de Souza, de forma geral, depreciou o caráter da obra traduzida e ressaltou as "sábias notas" do "douto Tradutor".

Apesar de Pinto de Souza não se demonstrar plenamente certificado da proveniência do capítulo introdutório da *Historie Universelle*, supostamente escrito por Dumouriez, é inegável a semelhança da estruturação da obra do militar francês e a seguida na *Description du Royaume de Portugal*. Ambos os textos iniciam pela descrição geográfica de Portugal e objetivam abarcar aspectos da economia colonial, do estado militar do Reino, da aplicação das leis e da justiça, da atuação da Inquisição, procurando definir o "caractère national" através da descrição dos costumes e maneiras dos povos. Deve-se considerar que na versão portuguesa do texto *Description du Royaume de Portugal* estes temas são desenvolvidos em quarenta e duas páginas, enquanto a obra de Dumouriez contém trezentas e quatro.⁵⁸ A estruturação semelhante dos textos e as apreciações de Pinto de Souza são indícios de que o capítulo introdutório traduzido por Moraes Silva era uma compilação inspirada na obra de Dumouriez.

Todavia, o fundamental a ser ressaltado aqui em um contexto no qual a prática compilativa tencionava com a plena consolidação da subjetividade autoral, é a impossibilidade da recepção pacífica da *História de Portugal* traduzida por Moraes Silva em meio ao público letrado português. As disputas posteriores entre Agostinho de Macedo e Hipólito da Costa, e as apreciações de Pinto de Souza, evidenciam como a experiência da história de Portugal neste contexto estava enredada em tensões que dificilmente poderiam ser harmonizadas por um letrado comprometido com a escrita da história do Reino. Frente à necessidade de atualização perante os progressos literários e socioeconômicos de outras nações e a afirmação da singularidade das instituições portuguesas, as políticas reformistas em vigor no mundo luso-brasileiro viabilizaram a circulação de perspectivas historiográficas radicais ilustradas, que apesar de "corrigidas" pela razão de Estado nos prefácios e notas, confrontaram a sua pretensa atemporalidade, o seu estatuto de juíza moral, ao expor os leitores a uma pluralidade de narrativas sobre os mesmos processos e eventos.

Recebido para publicação em 08 de maio de 2014
Aprovado em 02 de janeiro de 2015